Rede de Controle da Gestão Pública no Estado do Amazonas

Ata da Reunião

No dia 04 de agosto de 2026, reuniram-se de forma virtual os integrantes da REDE, Dra Lúcia de Fátima Ribeiro Magalhães (CGE/AM), Dr Paulo Henrique Castro Grande de Arruda (Secex/TCU), Dr Sérgio Fontes (TCE/AM), Dr Edinaldo Aquino de Medeiros (MP/AM), Dr João Barroso de Souza (MPC/AM), e Dra Wanda Nogueira (CGE/AM), para tratar da seguinte pauta: 1) Aprovação das atas das reuniões anteriores; 2) Celebração do Acordo de Cooperação; 3) Orientação Técnica nº 2/2026 – Transparência Pública; 4) Avaliação dos Programas de Integridade do Poder Executivo; 5) Participação da Rede Amazonas na Reunião da Rede Nacional de Controle Interno; 6) Regimento Interno da Rede; 7) Outros assuntos.

A reunião teve início com a **aprovação das atas das reuniões anteriores**. A Sra. Lúcia informou que as atas das reuniões de maio e de julho de 2026 encontravam-se disponibilizadas para os membros, tendo sido colocadas em votação e aprovadas por unanimidade pelos presentes. Registrou, ainda, manter as atas da Rede organizadas e publicadas no portal eletrônico, em atendimento à solicitação da Secretaria Executiva Nacional do TCU para compartilhamento de experiências entre as redes estaduais.

Na sequência, tratou-se da celebração do Acordo de Cooperação, cuja assinatura foi confirmada para o dia 13 de agosto de 2026, no TCE/AM, pendente apenas a definição do horário. Foi ressaltado que o TRT confirmou presença na cerimônia. Deliberou-se pelo envio de ofício convidando os órgãos membros, bem como as secretarias integrantes do Comitê de Combate à Corrupção e do Conselho Estadual de Controle Interno. Reiterou-se que, em razão do período eleitoral, a cerimônia será restrita aos órgãos participantes, ficando um evento ampliado previsto para 9 de dezembro de 2026.

Informou-se que a Polícia Federal, a Receita Federal e o Ministério Público Federal ainda não se manifestaram quanto à adesão, tendo sido definido o envio de convite para que compareçam ao evento e assinem o Acordo na ocasião; caso não seja possível, o TCU (representado pelo Dr. Paulo Henrique) buscará colher as assinaturas posteriormente junto àqueles órgãos. Permaneceu pendente a consulta ao TCU acerca da necessidade de publicação do Acordo no Diário Oficial da União.

No terceiro item, foi tratada a **Orientação Técnica nº 2/2026, sobre transparência pública municipal**. A Sra. Lúcia informou que a minuta está concluída, devendo ser encaminhada ainda nesta semana ao Ministério Público do Estado do Amazonas para manifestação e, na sequência, publicada no portal eletrônico da Rede e expedida por ofício aos municípios, seguindo o mesmo rito adotado para a Orientação nº 1/2026, referente à implantação do controle interno municipal.

No quarto item, discutiu-se a **avaliação dos Programas de Integridade do Poder Executivo**. A representante da CGE/AM, Wanda Nogueira, apresentou o andamento dos trabalhos de diagnóstico dos planos de integridade das unidades estaduais, conduzidos por meio de formulário de autoavaliação e devolutiva às unidades sobre os pontos de melhoria identificados.

Foi apresentado, ainda, o trabalho de fiscalização quanto à Lei nº 4.730/2018, relativa ao programa de integridade exigido aos fornecedores em contratos de grande vulto com a Administração Pública, e acerca da proposta de alteração da referida Lei, contemplando a criação de um portal de integridade do Poder Executivo e de certificação anual dos programas de integridade avaliados.

No quinto item, tratou-se das notícias **da Rede Amazonas nas Reuniões da Rede Nacional de Controle Interno**. A Sra. Lúcia informou que, nos dias 11 e 12 de novembro de 2026, será realizado o Encontro Nacional e Reunião Plenária, em Maceió/AL. Acrescentou, ainda, que, tão logo seja disponibilizada a programação, será divulgada a todos os órgãos. Registrou-se, ainda, que a apresentação do projeto de fortalecimento do controle interno municipal pela Rede Amazonas ocorrerá em 25 de agosto de 2026, após

revisão final e compartilhamento prévio com os membros, permanecendo aberta a participação dos órgãos integrantes.

No sexto item, foi tratado o **Regimento Interno da Rede**. A coordenadora informou que ainda localizará a versão consolidada da minuta com as alterações anteriormente propostas, comprometendo-se a submetê-la à deliberação na próxima reunião extraordinária. Deliberou-se pelo envio prévio de ofício aos membros comunicando a inclusão do tema na pauta e informando que sua aprovação poderá ocorrer por maioria simples dos presentes.

Nos assuntos gerais, deliberou-se que:

a) o representante do TCU informou que aquele Tribunal iniciará, a partir de agosto de 2026, trabalho de auditoria em fase diagnóstica sobre a organização das filas de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS) em âmbito nacional, devendo promover, ainda neste mês, reunião virtual de aproximação com a Secretaria de Estado de Saúde e com os órgãos parceiros interessados no tema, ficando os integrantes da Rede convidados a indicar representantes para participação, caso haja interesse;

b) o representante do MP/AM relatou a solução consensual obtida no caso da paralisação de obra escolar no Município de Amaturá, com o compromisso de a prefeitura municipal concluir os serviços, destacando a atuação conjunta entre os órgãos de controle interno e externo como fator determinante para o resultado positivo, e reforçando a importância do fortalecimento da Rede como espaço de convergência entre as instituições;

c) registrou-se agradecimento à Secretaria de Estado de Saúde e aos demais órgãos que têm colaborado com os trabalhos de identificação de riscos na execução da despesa pública na área de saúde, com expectativa de maior aproximação institucional nos próximos meses.

Não havendo mais assuntos a tratar, encerrou-se a reunião.

Manaus, 04 de agosto de 2026.